

*Deputado Federal*

# **Bernardo Santana**

*Informativo do Mandato Parlamentar*

Ano I - Nº 1



## EXPEDIENTE

### Jornalista Responsável:

Erika Hollerbach Lima Sobrinho (MG 09499 JP)  
erika@bernardosantana.com.br



twitter.com/santanabernardo



facebook.com/bernardosantana1



Bernardo Santana de Vasconcellos

[www.bernardosantana.com.br](http://www.bernardosantana.com.br)

### Aplicativo para iPad desenvolvido por :

BlackMarlin Mobile Solutions  
[www.blackmarlin.com.br](http://www.blackmarlin.com.br)

## BERNARDO SANTANA DEPUTADO FEDERAL

### Escritório em Belo Horizonte

Rua São Romão, 302 / Bairro Santo Antônio  
CEP: 30330-120  
Telefax: (31) 3213-4143  
E-mail: [deputado@bernardosantana.com.br](mailto:deputado@bernardosantana.com.br)

### Gabinete em Brasília

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados,  
Gabinete 854, Anexo IV  
CEP: 70160-900  
Telefone: (61) 3215-5854  
E-mail: [dep.bernardosantanadevasconcellos@camara.gov.br](mailto:dep.bernardosantanadevasconcellos@camara.gov.br)

<http://www.bernardosantana.com.br>



## EDITORIAL

Caros Amigos,

A criação de mais este canal de comunicação se dá em virtude do meu objetivo de manter-me constantemente conectado com os meus eleitores e o povo mineiro.

Vejo na tecnologia uma boa ferramenta de aprimoramento da democracia, por meio da transparência do meu trabalho e do intercâmbio de ideias.

É desta forma que pretendo construir meu mandato parlamentar, através de uma relação próxima com todos aqueles que me confiaram o seu voto, convocando-os para que possam contribuir com sugestões, críticas e demandas de suas comunidades.

Boa leitura!

Um forte abraço,

Bernardo Santana de Vasconcellos

## Luta por um Código Florestal justo e viável continua

Representando o seu partido (PR) em todas as discussões acerca do Código Florestal Brasileiro desde que tomou posse na Câmara Federal, em fevereiro de 2011, o deputado Bernardo Santana trabalha agora por mudanças no relatório aprovado, do senador Luiz Henrique, sobre a Medida Provisória 571/2012, que alterou o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) aprovado pelos deputados em abril.

Depois de mais de seis horas de discussão, no dia 13 de julho, o relatório foi aprovado pela Comissão Mista que analisa a matéria, por 16 votos a favor e 4 obstruções. A MP, contudo, ainda deverá passar por mudanças consideráveis em agosto, quando a Comissão analisará os 343 destaques ao texto – os quais foram assinados, em sua maioria, pelo deputado Bernardo Santana, que compõe o colegiado.



Deputado Bernardo Santana na sessão plenária que aprovou o novo Código Florestal, no dia 25 de abril.

Bernardo Santana obstruiu a votação para manifestar a sua insatisfação com o relatório e com a forma como foi conduzida a discussão. A opinião dele foi compartilhada com os colegas parlamentares Abelardo Lupion, Ronaldo Caiado e Valdir Colatto.

“O Código Florestal afeta diretamente setores básicos da economia, com reflexos no PIB (Produto Interno Bruto), no mercado interno, na balança comercial e posição do Brasil no mercado internacional. Não se pode deliberar uma matéria desta magnitude de forma afoita, sentindo-nos pressionados”, frisou o deputado Bernardo Santana.

O parlamentar explicou que o centro da discussão não é a proteção ambiental ou a imposição de uma produtividade sustentável, em um país que já é modelo de desenvolvimento sustentável, com cerca de 60% do seu território preservado por florestas e vegetação nativa. “O cerne da discussão é a tentativa de se impor, exclusivamente, ao setor produtivo rural o ônus de arcar sozinho com o custo ambiental brasileiro”, afirmou.

Pelo relatório aprovado, segundo Bernardo Santana, o meio ambiente equilibrado é direito de todos, mas obrigação exclusiva dos produtores rurais, como se só as Áreas de Preservação Permanentes (APP's) e a reserva legal do meio rural tivessem função ambiental.

O deputado Bernardo Santana frisa que o setor produtivo rural não conseguirá arcar sozinho com o ônus de produzir alimentos e de recuperar todo o passivo ambiental brasileiro, ignorando-se que grande parte deste passivo advém da poluição urbana, e considerando-se, para tanto: a falta de saneamento básico e de resíduos sólidos dos centros urbanos; a falta de planejamento destes espaços; dentre outros problemas ainda enfrentados pelo país.

Sobre a semana intensa de debate na Comissão que analisa a MP, o deputado Bernardo Santana afirmou que eles foram aguerridos na defesa do que consideram justo, viável e aplicável ao Brasil. “Essa é a função do legislador. Não podemos esquecer que nossos atos irão repercutir diretamente na vida dos brasileiros que representamos. O Brasil, de dimensões continentais, não foi descoberto hoje. Não podemos compactuar com uma legislação que engessa o país, sem considerar sua diversidade geográfica, humana e cultural. Não podemos ficar silentes quando se desrespeita empreendimentos centenários, que atenderam à lei de sua época, muitas vezes incentivados e financiados pelo próprio Governo”, ressaltou.

Um dos pontos do relatório criticado por Bernardo Santana diz respeito à permanência de alguns princípios nos incisos do artigo 1º. Segundo ele, a redação dada a alguns desses dispositivos deverá causar insegurança jurídica, por permitir que magistrados dêem interpretações à lei que podem prejudicar os produtores rurais. “A redação do artigo 1º não atende aos ensinamentos da Lei Complementar 95/98 (que estabelece regras para a redação de lei). Isso trará um grau de subjetivismo inadmissível na interpretação do novo Código Florestal por juízes” alertou.

O deputado Bernardo Santana defende um texto que permita ao Brasil continuar produzindo, obedecendo aos três pilares da sustentabilidade – ambiental, social e econômico –, de maneira que não haja sobreposição de um sobre os outros.

### Tramitação

Só depois de analisado os destaques pela Comissão Mista, a MP 571/12 seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado, o que deverá acontecer até outubro, quando vence a medida.

## Bernardo Santana é eleito **Coordenador Jurídico da FPA**



Solenidade de posse da nova diretoria da FPA.

O deputado Bernardo Santana é o novo coordenador jurídico da FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária. A solenidade de posse aconteceu no dia 13 de junho, em Brasília.

Formada por 240 parlamentares (deputados e senadores), a FPA é uma referência no Congresso Nacional. Um dos seus principais objetivos é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira.

### Confira as outras funções assumidas pelo parlamentar nesta Legislatura:

- Presidente do PR/ MG;
- Vice-Líder do Bloco PR / PTdoB / PRP / PHS / PTC / PSL / PRTB na Câmara Federal;
- Coordenador do Bloco PR / PTdoB / PRP / PHS / PTC / PSL / PRTB junto à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia do Aço, Ferro Gusa, Ferro Ligas, Silício Metálico, seus insumos e derivados;
- Vice-presidente de Mineração da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional;
- Vice-presidente da Região Sudeste do Brasil na Frente Parlamentar das Ferrovias;
- Vice-presidente da Frente Parlamentar de Desburocratização;
- Coordenador da região Sudeste do Brasil na Frente Parlamentar Mista dos Municípios e de Apoio aos Prefeitos e Vice-prefeitos do Brasil;
- Coordenador do Bloco de Atuação Parlamentar Desenvolvimentista junto à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Membro da Frente Parlamentar de Silvicultura – FPS.

## Comissões aprovam pareceres do Deputado Bernardo Santana



Deputado Bernardo Santana defende seu parecer ao PLP 73/07 na CMADS.

No primeiro semestre de 2012, a Comissão de Minas e Energia aprovou parecer do deputado Bernardo Santana, com substitutivo, ao projeto de lei (PL 1.100/03) que veda a cobrança, por concessionário ou permissionário de serviços públicos, de tarifa relativa a serviço não prestado efetivamente.

“O consumidor, em especial o de serviços públicos essenciais, é naturalmente vulnerável face ao fornecedor, e não raro deparamos com práticas comerciais abusivas por parte de empresas estatais, concessionárias e permissionárias, que prevalecem da necessidade do serviço e, em geral, do monopólio

para enriquecer-se à custa do consumidor, sem prestar um serviço adequado e muitas vezes com amparo das Agências de Regulação, que deveriam fiscalizá-las e puni-las”, explica o parlamentar.

### CMADS

O parecer do deputado Bernardo Santana pela rejeição do Projeto de Lei Complementar 73/07, que propõe a criação de tributo sobre as atividades econômicas que emitam gases de efeito estufa (GEE), também foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS no primeiro semestre.

Para o parlamentar, a criação de mais um imposto sobre a atividade produtiva não só é incompatível com o desenvolvimento econômico e social do país, como também desconsidera o esforço e as conquistas do Brasil na tentativa de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>.

### 100% de Aprovação

Em 2011, todos os pareceres de relatoria do deputado Bernardo Santana também foram aprovados nas respectivas Comissões.

### Participação do Parlamentar em Comissões

- Membro Titular da Comissão de Minas e Energia;
- Membro Titular da Subcomissão Especial destinada a debater questões relativas aos royalties e à participação especial sobre recursos oriundos da exploração mineral;
- Membro Titular da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento das Energias Alternativas do Brasil;
- Membro Titular da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei 1610/1996, do Senado Federal, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas;
- Membro Titular da Comissão Especial destinada a efetuar estudos e apresentar propostas com relação ao Projeto de Lei 4378/1998, que regula as relações jurídicas entre a agroindústria e o produtor rural integrado e dá outras providências;
- 3º vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Trabalho Escravo;
- Membro Suplente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Membro Suplente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania;
- Membro Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 443/09, que trata da remuneração dos advogados públicos;
- Membro Suplente da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável (Rio+20);
- Membro Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 37/11, que define a competência para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal;
- Membro Suplente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

## Da tribuna, Bernardo Santana ressalta preocupação com o enfraquecimento do Poder Legislativo



Em pronunciamento no Grande Expediente do Plenário da Câmara, o deputado Bernardo Santana voltou a falar da sua preocupação com o enfraquecimento do Poder Legislativo e afirmou que instrumentos como as medidas provisórias (MPs), da forma como vêm sendo utilizadas, estão ameaçando o pleno exercício da atividade parlamentar e frustrando a sociedade brasileira.

O parlamentar lembrou que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil depara com uma prática desenfreada de edição de medidas provisórias, as quais foram idealizadas para serem utilizadas em situações emergenciais que demandariam uma regulamentação imediata pelo Executivo, ante a impossibilidade de se aguardar a deliberação ordinária do Legislativo. Entretanto, na prática isso não tem funcionado bem.

Bernardo Santana afirmou que a MP passou a ser instrumento legislativo do Executivo, o que ele considera uma afronta ao Parlamento. “Isso enfraquece o Poder Legislativo, retira a credibilidade dos parlamentares, distanciando-nos da sociedade”, afirmou.

Segundo ele, frequentemente se veem boas propostas nas comissões, bem como relatorias competentes que não se consegue trazer a Plenário. “Um deputado em apenas um mandato dificilmente conseguirá aprovar um projeto de lei. Isso é uma aberração que assola o pleno exercício de nossas atividades”, criticou.

“É normal que um poder faça pressão sobre outro — até Montesquieu ao idealizar o sistema da tripartição de poderes e ao sistematizá-lo falava de pesos e contrapesos —, o que não é normal é o atropelamento de um poder por outros poderes”, explicou Bernardo Santana.

Para o parlamentar, o enfraquecimento do Legislativo acaba repercutindo em todo o País. Ele ressaltou a grande dificuldade financeira dos municípios pela concentração de receitas na União e a questão da burocracia no Brasil, que hoje se apresenta como entrave a produção e ao crescimento do País. “São muitas as matérias que precisam ser debatidas e votadas pelo Parlamento, entre elas a reforma tributária. Somos o único país que tributa investimentos”, ressaltou.

### Setor Produtivo

Bernardo Santana também citou as dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo. “O Brasil é um país de tamanho continental para ser um país de serviços, ele precisa de produção”, destacou ao defender políticas virtuosas para os setores industrial, agrícola, pecuário, florestal, comercial, entre outros.

## **Código Florestal**

O deputado Bernardo Santana citou o Código Florestal Brasileiro como exemplo da permanente intromissão do Executivo na esfera legislativa. “A imposição que existe desde sempre de tirar essa matéria do Congresso Nacional a qualquer custo é um bom exemplo do que eu digo de diminuição do nosso Poder”, discursou.

O Código Florestal já foi objeto de três medidas provisórias, sendo a última editada no dia 28 de maio (MP 571), no mesmo dia em que foram apresentados os vetos presidenciais ao texto aprovado pelo Congresso em abril.

“Veto é prerrogativa presidencial, mas não pode ser óbice ao processo legislativo, porque ele não o é, e porque a Constituição Federal não o trouxe para isso. Tem que ser apreciado pela Casa, em sessão do Congresso Nacional, o que há muito tempo não se faz. E eu cobro, com todo respeito e humildade, que se promovam logo essas sessões, para não ficarmos com esses mais de 1.500 vetos sem serem analisados”, ressaltou.

“Não podemos, em pleno ano 2012, voltar à época dos atos institucionais. O Poder Legislativo não pode ser desrespeitado. (...) Se não colocarmos neste Parlamento a verdadeira força que ele tem e não exigirmos todas as nossas prerrogativas institucionais de fato, ficaremos com uma Casa Homologatória, para a tristeza do povo e não atendimento do Brasil”, continuou o parlamentar.

## **Interesse Nacional**

Ao final do pronunciamento, Bernardo Santana ressaltou que o Parlamento deve defender os interesses nacionais, não se deixando levar por pressões e interesses internacionais, em regra mais comerciais do que preocupados com a qualidade de vida do povo brasileiro. “Quando chamados para fazer qualquer ato (de defesa ambiental em seus territórios), seja ratificar um Protocolo Quioto ou a Convenção Climática, esquivam-se”, destacou o parlamentar, lembrando que na Rio + 20 pode-se confirmar a grande diferença existente entre os discursos feitos e as práticas adotadas para a preservação ambiental pelos países desenvolvidos.

## **Apoio Parlamentar**

O pronunciamento de Bernardo Santana foi enaltecido por colegas parlamentares. O deputado Francisco Praciano (PT-AM) destacou que o seu discurso deveria ser algo comum na Casa, o que não tem acontecido.

O deputado Roberto de Lucena (PV-SP) destacou as palavras de Bernardo Santana como oportunas e afirmou que ele tem sabido honrar a confiança do povo mineiro e corresponder às expectativas das pessoas de bem, que muitas vezes se sentem frustradas quando vislumbram o ambiente político do Brasil.

O deputado Esperidião Amin (PP-SC) também elogiou a atuação de Bernardo Santana e ressaltou que ele é “um advogado com alto coturno intelectual”.

## PEC reduz para 12 o número de MPs que Executivo poderá editar por ano

Com o objetivo de evitar o mau uso das medidas provisórias, o deputado Bernardo Santana apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 173/2012), que limita em 12 o número de MPs que a Presidência da República pode editar por ano.

Nos últimos dez anos, o Brasil editou uma média de 54 medidas provisórias por ano. “O resultado é o trancamento de pauta e a não apreciação, pelo Congresso, de matérias de real importância para o país, inclusive de iniciativa do próprio Executivo”, explica o parlamentar.

### Projetos de Lei

O deputado Bernardo Santana já contabiliza mais de 98 projetos de lei e outras proposições apresentadas ao Congresso Nacional. Destaques para os PLs 83/11, 90/11 e 318/11, aprovados por unanimidade em comissões designadas:

**PL 83/11:** Inclui produtos derivados de floresta plantada entre os itens que podem ser objeto de penhor. A proposta vai garantir a oferta do crédito rural e estimular a atividade agrícola.

**PL 90/11:** Reduz a alíquota da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para o serviço de atenção domiciliar à saúde.

**PL 318/11:** Regulamenta o exercício da atividade das Cooperativas de Profissionais da Saúde, buscando melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho.

Como as propostas tramitam em caráter conclusivo, se aprovadas por todas as comissões designadas, seguirão diretamente para tramitação no Senado, sem a necessidade de passar pelo Plenário da Câmara.

## “Guerra dos portos compromete a indústria nacional”, alerta Bernardo Santana

O deputado Bernardo Santana tem alertado que a “guerra dos portos” travada hoje no Brasil é mais um fator que provoca efeitos negativos sobre a indústria nacional. Segundo ele, o debate sobre o assunto é crucial para o desenvolvimento de longo prazo no País.

Alguns Estados concedem incentivo fiscal para que os produtos estrangeiros ingressem no Brasil via seus portos - por isso o nome “guerra dos portos”. Para isso, eles reduzem a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os importados.

Entretanto, o deputado Bernardo Santana explica que atuar para facilitar ainda mais as importações provoca efeitos deletérios sobre a indústria nacional, seja pela redução da produção doméstica, seja pela redução da rentabilidade da indústria, o que compromete investimentos e o potencial de crescimento do Brasil.

“O problema não se resume ao aumento das importações em si, mas principalmente reside no impacto que os benefícios portuários têm sobre a competitividade da indústria nacional, já bastante combatida pelo elevado “Custo Brasil” e pelo câmbio sobrevalorizado. A rigor, os incentivos das guerras dos portos funcionam como um subsídio para importar”, alerta.

Em discurso no Plenário da Câmara, o deputado Bernardo Santana afirmou que os argumentos utilizados pelos defensores dos incentivos são incoerentes.

“O saldo da balança comercial da indústria vem mostrando déficits crescentes desde 2008 e atingiu um déficit histórico em 2011, que vem se concentrando nos setores mais intensivos em tecnologia, e está associado ao crescimento das importações de produtos industrializados”, ressaltou.

Bernardo Santana explicou que a guerra dos portos induz um acirramento da guerra fiscal, com prejuízos federativos muito maiores que os ganhos. “Os estados que concedem os benefícios têm um aumento na sua receita de ICMS, mas isso se dá à custa de uma redução muito maior da

receita do ICMS dos demais estados. Com o mesmo montante de renúncia fiscal, seria possível desenvolver políticas muito mais efetivas de desenvolvimento econômico”, afirmou.

O parlamentar também lembrou que a desindustrialização provoca uma perigosa dependência do País em relação à produção e exportação de commodities, tornando-o vulnerável a mudanças na conjuntura internacional. “Devemos estar atentos a todos os fatores que podem contribuir para esse processo de desindustrialização, buscando evitar que interesses de curto prazo e de grupos localizados se sobreponham aos interesses maiores do País e de um futuro econômico sustentável e promissor”, alertou em Plenário o deputado Bernardo Santana.

## Proposta para **garantir celeridade na contratação de crédito** por municípios

Outra proposta do deputado Bernardo Santana que tramita na Câmara Federal é o PLC 146/12, que repassa aos estados a tarefa de verificar se os municípios estão cumprindo os limites e condições previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar 101/00) para contratação de operações de crédito.

A mudança, segundo Bernardo Santana, dará mais celeridade ao processo, que atualmente é atribuição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do Ministério da Fazenda. “A demora na análise dos processos está prejudicando os municípios brasileiros. Há casos de documentos que aguardam análise pela STN há mais de quatro meses”, explicou.

De acordo com a proposta, será tarefa do Ministério revisar a verificação feita pelos estados. O texto, no entanto, mantém inalterada a competência da Fazenda nos casos em que as operações de crédito envolverem a União, os estados e o Distrito Federal.

Ainda conforme o projeto, o município interessado deverá ser informado sobre o resultado da verificação, bem como da revisão, no prazo máximo e improrrogável de 30 dias, a contar da data em que a solicitação tiver sido feita.

# PARLAMENTAR EM AÇÃO



Reunião com os senadores Ciro Nogueira e Aécio Neves discute projetos importantes para Minas Gerais.



Audiência com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos: Bernardo Santana cobra empenho para a recuperação das principais rodovias federais que cortam Minas Gerais, e pede urgência para as obras na BR-381 Norte e BR-367.



Deputado Bernardo Santana expõe em audiência o “Pacto da Sustentabilidade” - criado em 2006 durante a sua gestão na Presidência da Associação Mineira de Silvicultura (AMS) -, pelo qual as siderúrgicas se comprometeram a usar carvão de origem de florestas plantadas. Formulado em conjunto com o Sindicato da Indústria de Ferro do Estado de Minas Gerais (Sindifer) e o Governo mineiro, o pacto deu origem a uma lei do Código Florestal Estadual que prevê que, em nove anos, 95% de toda a necessidade de matéria prima florestal seja suprida somente com aquela originada de floresta plantada.



Audiência com o ministro da Educação, Aloísio Mercadante, discute a implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM em municípios do Vale.



Deputado Bernardo Santana se reúne com a secretária de Estado de Educação, Ana Lúcia Gazzola. Na pauta, a viabilização de benefícios e programas do governo para atender os municípios que o parlamentar representa no Congresso Nacional.



Deputado Bernardo Santana pleiteia investimentos para Minas Gerais em audiência com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.



Audiência com o ministro do STF - Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, discute proposta que prevê que o Congresso dê a palavra final sobre a demarcação de áreas protegidas (PEC 215/00).



Audiência pública com a presença de vários governadores discute a repactuação dos débitos dos Estados com a União.



Deputado Bernardo Santana com o senador Aécio Neves e o Líder do PR na Câmara, deputado Lincoln Portela, em sessão conjunta do Congresso Nacional.



Bernardo Santana ressalta a importância de se colocar a Proposta de Emenda Constitucional 03/07, que trata das férias forenses, de volta à pauta de votações. De autoria do então deputado José Santana de Vasconcellos, a PEC entrou na pauta em dezembro, mas um acordo entre lideranças deixou a votação para este ano.



Presidente do PR em Minas Gerais, Bernardo Santana se reúne com presidentes dos partidos da base aliada ao Governo Estadual para debater as eleições municipais deste ano.



## Em defesa da municipalização e de investimentos em infraestrutura

Na condição de presidente do PR em Minas Gerais e de vice-líder do partido na Câmara Federal, o deputado Bernardo Santana defendeu, em propaganda partidária veiculada na TV, a municipalização e investimentos em infraestrutura que permitam a competitividade do setor produtivo brasileiro.

## Bernardo Santana cobra recursos para municípios mineiros

Preocupado com o não pagamento das emendas parlamentares, o deputado Bernardo Santana tem ido constantemente à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República cobrar a liberação dos pagamentos dos recursos inscritos em restos a pagar de anos anteriores.

Para o parlamentar, é injustificável a falta de pagamento das emendas previstas na Constituição. “Emenda parlamentar virou pecado por frequente falta de compreensão da imprensa e também da sociedade, em razão da não divulgação de um estudo mais sério. E, hoje, é com muita preocupação que vemos essa situação de verdadeira penúria e de não pagamento. Um calote injustificável que os nossos municípios recebem em torno dessas emendas, sem as quais é impossível nos grotões, seja de Minas, seja de qualquer Estado da Federação, manter condição digna de vida”, afirmou.

## Giro pelo interior

Nos meses de junho e julho, o deputado Bernardo Santana visitou mais de 20 cidades da sua base de apoio, onde participou de reuniões e de festividades locais. “Para atender é preciso entender, e isto só é possível ouvindo as pessoas”, afirmou o parlamentar, que também atende as lideranças municipais em seu escritório na Capital mineira às segundas-feiras.



*Deputado Federal*  
***Bernardo Santana***  
*Informativo do Mandato Parlamentar*